



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

08 de março de 2019

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 08 03 / 2019	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Caso Castelinho: obra somente após laudo, diz secretário

pulado, e fundamentada pelo parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Esportes", alega Rocha.

Em paralelo, ele atua para tirar o processo do STF e trazê-lo à Justiça do Maranhão. Depois de ter negado um agravo com esse objetivo, ele protocolou outro, sob a alegação de que os crimes não se referem ao seu mandato e, portanto, devem ser julgados pelo Tribunal de Justiça. O novo pedido está concluso para julgamento.

Leia mais em Cidade 5

Em entrevista ao Jornal da Mira, na Mirante FM, Cafeteira preferiu cautela sobre serviços para recuperar ginásio

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O secretário de Estado do Esporte e Lazer, Rogério Cafeteira (DEM), anunciou ontem, durante entrevista ao jornal da Mira, na Rádio Mirante FM, que um laudo técnico a ser produzido por engenheiros do Governo do Maranhão deve apontar as causas do desabamento de parte do teto do Ginásio Georgiana Pflueger, o Castelinho.

O acidente ocorreu na Quarta-Feira de Cinzas, 6, quando havia apenas dois funcionários no local. Ninguém se feriu.

Segundo ele, "aparentemente não houve nenhum dano na parte estrutural", o que deve limitar a recuperação à estrutura metálica do telhado.

Apesar disso, ele disse preferir aguardar o laudo pericial antes de confirmar qualquer informação relacionada ao caso. O que contraria o anunciado pelo governador Flávio Dino (PCdoB), por meio de redes sociais, de que as obras teriam início imediatamente.

Cafeteira não soube informar se havia laudos para liberação para que o Castelinho fosse o local de eventos. Segundo o secretário, ele já determinou um levantamento de todas as liberações para eventos nas praças esportivas sob responsabilidade da Sedel e, ainda, uma visita geral nas suas condições estruturais.

Costa Rodrigues

O desabamento de parte do teto do Castelinho - e a necessidade de uma grande intervenção de engenharia na praça esportiva - trouxeram de volta à tona o chamado "Caso Costa Rodrigues", que remonta ao governo Jackson Lago (PDT), durante a pas-



Acidente que envolve pasta de Cafeteira fez lembrar caso de Weverton



Divulgação

sagem do hoje senador Weverton Rocha (PDT) pela Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (Sedel).

Em março de 2017, o parlamentar tornou-se réu no Inquérito nº 3621, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele - que nega ser réu no processo - responde por crime de violações à Lei de Licitações e por peculato (desvio de dinheiro público feito por agente público). O caso diz respeito à contratação e à celebração de um termo aditivo para reforma e ampliação do ginásio.

Segundo o Ministério Público do Maranhão (MPMA), Weverton Rocha, à época secretário, atuou ao lado de outras pessoas de forma irregular para dispensar licitação para a reforma.

A denúncia diz que houve fraude no procedimento administrativo que resultou na contratação da empresa Maresia Construtora Ltda, tendo em conta omissões, descuidos e condutas irregulares cometidas por Weverton Rocha e assessores na secretarial estadual. Duas pessoas teriam emitido documentos com informações inve-

tidicas acerca do andamento das obras de reforma do Ginásio.

A reforma do ginásio foi inicialmente contratada por R\$ 1.988.497,34, por meio de dispensa de licitação. Segundo o MP, Weverton aditivou o contrato em R\$ 3.397.944,90.

A acusação afirma, também, que o hoje senador colaborou com Leonardo Lins Aroverde - proprietário da empresa Maresia Construções Ltda - para que houvesse o desvio dos valores auferidos pelo contrato celebrado com a Secretaria de Estado do Esporte e Juventude em benefício próprio do empresário.

Em nota à imprensa, emitida à época, o pedetista afirmou que "ao final da ação penal ficará provado que não houve obtenção de vantagem indevida ou injusta para ele ou para outra pessoa, não houve superfaturamento ou prejuízos ao erário".

"A licitação em questão foi dispensada com base em decreto de emergência do então governador Jackson Lago, dentro do prazo esti-

Deputado pede dados de obras do Governo

O deputado estadual Wellington do Curso protocolou ontem (7), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão (Crea-MA), ofício em que solicita informações quanto ao registro de obras públicas realizadas pela gestão Flávio Dino.

A solicitação abrange todas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) emitidas desde janeiro de 2015 até o dia 28 de fevereiro de 2019 e ocorre após o acidente registrado no castelinho, na quarta-feira (6), quando parte do teto do ginásio desabou.

Ao fundamentar a solicitação, o parlamentar afirmou ser necessário para esclarecer alguns pontos como contrato, valores e origem dos recursos de várias obras que tem sido entregues, anunciadas em propaganda e dias depois, se deterioraram, evidenciando a péssima qualidade do serviço, a exemplo do asfalto utilizado em todo o Maranhão.

"Obras superfaturadas e, em seguida, deterioradas! A população não entende o motivo pelo qual se gasta tanto com algo de péssima qualidade. Estamos aqui solicitando as Anotações de Responsabilidade Técnica que contém informações cruciais como valores gastos e origem dos recursos. Tanto o Governo quanto as Prefeituras precisam entender que não é porque a obra é pública que se pode fazer de qualquer jeito. É dinheiro público e isso tem que ser fiscalizado. Um exemplo é a Beira Rio, em Imperatriz. Uma obra que custou 03 vezes mais caro e não teve a qualidade esperada. Isso tem que acabar!", disse Wellington. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08 03 / 2019	Página	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Após desabamento, perícia é iniciada no Castelinho

Teto do ginásio esportivo mais importante de São Luís desabou durante as chuvas da quarta-feira (6)

Equipes do Instituto de Criminalística e Medicina Legal (Icrlim) e do Corpo de Bombeiros do Maranhão iniciaram o trabalho de perícia no Ginásio Georgiana Pflueger, popularmente conhecido como Ginásio Castelinho na tarde de ontem (7). Durante forte chuva no início da tarde da quarta-feira (6), o teto do ginásio desabou. Felizmente, nenhuma das pessoas que trabalhavam no local se feriu.

O perito Cássio Jorge informou que o primeiro teste realizado envolveria os canos que fazem a queda d'água do telhado para os bueiros. "Essa é uma hipótese mínima, mas será o primeiro teste feito hoje.

Após este, realizaremos uma espécie de estudo dos destroços do telhado", explica.

O caso gera controvérsia, visto que boa parte das estruturas de ferro e alumínio do teto que estão no chão apresentam bom estado de conservação. Essa etapa de vistoria do telhado demanda mais tempo, por ser detalhista. "O objetivo vai ser procurar o possível ponto fraco do telhado que pode ter corroborado para esse colapso", completa o perito. O prazo para finalização do relatório de perícia é incerto.

A área ao redor de todo o ginásio foi isolada. Equipes da Polícia

Militar fazem guarda 24 horas no local, visto que algumas pessoas já tentaram invadir o espaço com objetivo de saquear. "Não podemos deixar que ninguém, além dos agentes autorizados, entre no local. Não temos o resultado do verdadeiro estado da estrutura e isso demonstra um perigo eminente", disse o secretário de Estado de Esporte e Lazer, Rogério Cafeteira, em entrevista para O Estado.

Reforma

O tempo necessário para que o ginásio volte ao pleno funcionamento é indeterminado. "Devemos passar cerca de duas semanas recebendo o Corpo de Bombeiros para as perícias e realizando a limpeza do local, com a retirada do resto da estrutura do telhado. Vamos elaborar também o projeto de reconstrução, mas isso deve ainda passar por uma licitação, o que deve demandar um tempo. Afirmamos que outras praças da ilha serão disponibilizadas para atender a demanda esportiva que o Castelinho recebia", atestou

o secretário de Infraestrutura, Clayton Noleto.

Controvérsia

Em 10 de dezembro de 2018, o Governo do Estado anunciou que o Complexo Canhotão, que abriga o estádio de futebol Castelão, o ginásio de esportes Georgiana Pflueger (Castelinho), pista de adeisimo,

parque aquático, ginásio de artes marciais, pista de skate e pista de kart, com área total de 420.000 metros quadrados, estava sendo revitalizado desde o mês de novembro. O trabalho estaria sendo realizado por meio da Sedel.

A publicação diz que, entre as principais modificações, estão a construção de arquibancada nas

quadras em torno do Castelão, de duas quadras poliesportivas e de escadas de acesso às quadras seriam feitas. Também seriam realizadas adequações e revitalizações nas áreas já construídas no complexo. O secretário de Infraestrutura, Clayton Noleto, ratificou que não havia projetos de reestruturação em que se incluía o Castelinho. ●

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08/03/2019	Página	6
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Desmoronamento compromete mais de 30 casas na Vila Bacanga

Os fundos dos imóveis foram destruídos no desabamento de barreira; primeiro caso foi registrado no fim da quarta-feira (6); situação se agravou ontem (7), quando deslizamentos aconteceram durante todo o dia

Moradores da Rua João Paulo II, no bairro Vila Bacanga, na área Itaqui-Bacanga, em São Luís, estão passando por sérios problemas de infraestrutura desde o fim da quarta-feira (6). Mais de 30 casas localizadas naquela via tiveram seus fundos completamente destruídos, após o desmoronamento de parte de uma encosta, que tem seu ponto alto na região. A situação se agravou ontem (7), quando mais deslizamentos foram registrados durante todo o dia, atingindo o fundo de todas as casas da rua. São cerca de 200 metros de área atingida, e muitas casas perderam banheiros e quintais. Em alguns casos, até a cozinha está comprometida.

A vendedora Maria Rita mostrou a O Estado os estragos causados no fundo de sua casa de dois pavimentos, na qual todo o quintal desmoronou. "Tudo que eu tenho é esta casa, e ela foi construída com muito esforço. Se eu perder minha casa, eu não vou ter mais nada para dizer que é meu", desabafou, demonstrando emoção. O piso do quintal da mulher afundou em quase dois metros do nível em que foi construído, deixando um grande e perigoso buraco no local.

O cenário no local é crítico. Todas as mais de 30 casas têm enormes rachaduras. Algumas são tão grandes que até separam as ligações de concreto das edificações. Cômodos como cozinha, banhei-

ÁREAS DE RISCO

De acordo com informações da Defesa Civil do Maranhão, liberadas no mês de fevereiro, São Luís possui 60 áreas de risco mapeadas. Deste total, 27 são consideradas de alto risco. A situação em alguns pontos ficou ainda mais grave após as fortes chuvas registradas durante o mês de fevereiro, que superaram a milimetragem esperada.

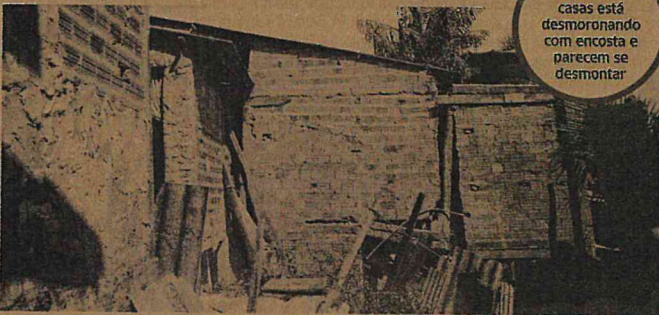
ro e lavanderia, que geralmente são construídos nos fundos das casas, estão destruídos, levados encosta abaixo.

Raimunda Vieira, que é dona de casa, e também uma das moradoras mais antigas da rua, demonstrou frustração ao não saber quais medidas tomar daqui para a frente. "Moro aqui há 35 anos e nunca vi um desastre desses. Para completar, não estamos tendo suporte algum. A Defesa Civil veio aqui e apenas disse para eu sair da casa ou dormir na sala, mas com a porta aberta. Para onde eu vou?", questiona. Os moradores tiveram de colocar todos os seus pertences de maior valor nas salas, garagens e, até mesmo, nas calçadas das casas.

Ela mora com mais cinco pessoas na residência e não tem a mínima condição de se mudar imediatamente para outro local. "Eu não tenho como pagar aluguel. Minha casa é simples, mas é pró-



Fotos/Biné Moraes



PARTE de trás das casas está desmoronando com encosta e parecem se desmontar

pria. Só que agora está destruída e ninguém está ligando para isso", completa, desolada.

Supporte

Para O Estado, alguns morado-

res revelaram que a Defesa Civil indicou que eles seriam levados para uma escola da região, enquanto outras providências fossem tomadas. Outros moradores, como a dona de casa Rai-

mundá Vieira, não receberam nenhuma indicação de possível mudança ou suporte.

O Estado questionou a Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania (Semuse), que infor-

mou que durante o período chuvoso, agentes da Defesa Civil reforçam o monitoramento nas áreas de risco na capital. A Semuse esclareceu que, além desse monitoramento, é mantido diálogo constante com os Núcleos Comunitários de todas as áreas de risco, e sempre que surge alguma notificação nessas áreas, os agentes são imediatamente enviados para o local solicitado. Sobre o caso citado na reportagem, ocorrido na Vila Bacanga, a Semuse comunicou que está acompanhando e que equipes da Defesa Civil já estiveram no local para avaliar a situação e adotar todas as medidas necessárias.

Entre as medidas, está o encaminhamento da situação à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), que já deslocou para o local equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) da área Itaqui-Bacanga (Vila Bacanga, Vila Nova e Anjo da Guarda), a fim de realizar o primeiro atendimento socioassistencial, que se refere à identificação, cadastramento e acompanhamento das famílias envolvidas.

Após a identificação, é realizada uma avaliação individual socioeconômica de cada família afetada para posterior acolhimento, em casa de familiares, abrigo institucional temporário da Semcas ou inserção no Benefício Eventual Auxílio Moradia (aluguel social), este último, de acordo com o perfil socioeconômico da família. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 08/03/2019	Página 10	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Dez são presos por violência contra a mulher no estado

Somente na Ilha, sete prisões em flagrante foram registradas, e também em Pedreiras e Bequimão

Dez homens foram presos, acusados de violência contra a mulher no Maranhão durante o período momesco, que teve início no último dia 1º e se estendeu até terça-feira, 5. Somente na Grande Ilha ocorreram sete prisões em flagrante e uma em cumprimento de ordem judicial, segundo dados da Delegacia Especial da Mulher em São Luís.

A coordenadora das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, delegada Kazume Tanaka, informou que as sete prisões em flagrante na Ilha foram pelo crime de violência doméstica, além do registro de 39 pedidos de medidas protetivas. "No período carnavalesco deste ano, ocorreu o plantão especial da mulher, específico para atender a esse tipo de ocorrência", disse a delegada.

Ainda na Grande Ilha, ocorreu a prisão de Marcos Vinícius Rocha, de 32 anos, em cumprimento de uma ordem judicial no último dia 1º, por policiais da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), em São José de Ribamar. A polícia informou que o detido é acusado de ter estuprado e assassinado Adrielma de Fátima Oliveira Bezerra, de 38 anos.

O corpo da vítima foi encontrado despido e com sinal de violência sexual em uma área de matagal, localizada na cidade de São José de Ribamar, no dia 5 de fevereiro deste ano. O caso está sendo investigado pela SHPP, coordenada pela delegada Viviane Fontenelle, chefe do Departamento de Femicídio.

A delegada declarou que o acusado foi ouvido na delegacia e em seguida, encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O

detido pode ter cometido outras ações criminosas contra mulher na área da Vila Janaína, principalmente crime de abuso sexual. "Caso as vítimas reconheçam esse criminoso devem comparecer a delegacia", disse Viviane Fontenelle.

Cárcere privado

Ainda ontem estava preso Luciano de Sousa Guajajaras, que, segundo a polícia, é acusado de agredir e manter em cárcere privado a sua esposa, na cidade de Pedreiras.

A polícia encontrou a vítima com uma lesão no braço direito e trancada em sua residência. O acusado foi preso em flagrante e conduzido para a Delegacia Regional de Pedreiras e na manhã de ontem foi ouvido pela delegada da Mulher, Silvana Prazeres. A vítima também vai ser ouvida pela polícia. Ela está re-



Adriano Barbosa, que espancou a mulher e ateou fogo na casa

NÚMERO

39

foi o número de pedidos de medidas protetivas solicitadas pelo Plantão Especial da Mulher, no Carnaval, além de sete pessoas terem sido presas por violência doméstica.

cebendo apoio de assistentes sociais e psicólogos.

Incêndio

Também foi preso em flagrante Adriano Barbosa Ferreira, no povoado Areal, zona rural de Bequimão, na

Sexta-Feira de Carnaval. 1º. A polícia informou que ele é acusado de ter agredido fisicamente a sua esposa, Luciana Alves, e de ter ateado fogo em três casas, na localidade.

Os militares foram informados de que o acusado havia espancado a esposa na frente de populares e estava ateando fogo nas casas da localidade. Ao chegarem ao local, os policiais encontraram a vítima com marcas de violência pelo corpo e três casas de palha destruídas pelo fogo.

Adriano Barbosa foi contido e levado para a Delegacia Regional de Pinheiro, onde confessou que pretendia também incendiar a sua residência caso não fosse preso. O detido foi autuado pelo crime de Maria da Penha, encaminhado para a unidade prisional e vai ficar à disposição do Poder Judiciário. •

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 08 03/2019	Página 10	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Assassinatos, tiroteio e acidentes marcaram o Carnaval no Maranhão

Ocorrências foram registradas no Largo do Carocudo, na Madre Deus, no circuito da Beira-Mar e nas cidades de Imperatriz e Santa Inês, segundo dados da SSP

ISMAEL ARAÚJO
 Da editoria de Polícia

As ocorrências de briga entre facções criminosas, atropelamento, tiroteio e assassinato foram registradas pela polícia nos circuitos carnavalescos da capital e do interior do Maranhão. Ainda ontem, o integrante de uma facção com base no estado do Rio de Janeiro, identificado como Mateus Lima Leal, de 18 anos, estava preso na Unidade Prisional de Imperatriz. De acordo com a polícia, ele foi detido em flagrante na Terça-Feira de Carnaval, 5, acusado de ter assassinado Welson Cardins Gonçalves, de 23 anos, e esfaqueado três pessoas em um bloco carnavalesco, na Avenida Beira-Mar, naquela cidade. Há informações de que as vítimas fazem parte de um grupo criminoso rival ao do acusado.

A polícia informou que Welson Cardins era denominado de "clínico geral" no mundo do crime e tinha passagens pelo Poder Judiciário pelos crimes de furto qualificado, porte ilegal de arma de fogo e tráfico de entorpecente. As outras vítimas foram identificadas como David Feitosa de Sousa, de 23 anos; Lucas de Almeida Chaves, de 22 anos, e um adolescente, de 16 anos. Eles ainda ontem estavam no Hospital Municipal de Imperatriz (HMI).

Ainda segundo a polícia, em um bloco carnavalesco ocorreu um confronto entre membros de facções rivais e quatro pessoas foram esfaqueadas por Mateus Lima. As vítimas foram levadas para o HMI e uma delas, Welson Cardins, morreu. Os militares, que estavam no circuito carnavalesco, prenderam em flagrante o acusado, que foi apresentado no plantão de Polícia Civil de Imperatriz. Em poder dele, a polícia apreendeu a arma utilizada na ação criminosas.

Tiroteio

Na noite de Domingo de Carnaval, a polícia registrou um tiroteio que ocorreu no Largo do Carocudo, na Madre Deus, segundo a polícia praticado pelo sargento da Polícia Militar, Mário Emami Sousa Furtado. Seis pessoas foram baleadas. Entre os feridos três homens, dos quais um menor de idade, e duas



Mateus Lima Leal, membro de uma facção criminosas, autor de vários crimes na cidade de Imperatriz

mulheres.

Os baleados foram Antônio Catã Barros Sousa, de 14 anos; Fracimarcos Borges Coelho, de 32 anos; José Raimundo Almeida Mendes, de 32 anos; Tatiane Feitosa dos Santos, de 27 anos, e Merijane Araújo Rodrigues, de 44 anos. A polícia informou que a vítima mais grave é Merijane Araújo que levou dois tiros na coxa direita e uma bala lhe atingiu o joelho.

Todos os baleados foram levados para o Hospital Soconão I, no Centro. A polícia informou que o sargento estava de folga no lago do Carocudo e teria sido reconhecido por dois criminosos, que estavam armados e foram em direção ao militar. O sargento, com receio de ser baleado, sacou a sua arma e efetuou tiros para cima com o objetivo de deter os criminosos, mas que acabaram atingindo os foliões.

Ainda de acordo com a polícia, o sargento foi preso e encaminhado para o plantão de Polícia Civil das Cajazeiras e acompanhado de um oficial da Polícia Militar. Ainda no decorrer desta semana, vai ser aberto um inquérito policial na Polícia Militar para apurar a conduta do sargento.

Atropelamento

Seis pessoas foram atropeladas quando estavam curfundo o Carnaval na Avenida Beira-Mar, nas proximidades do Terminal da Integra-

ção da Praia Grande na madrugada do último dia 4, segundo a polícia, por um veículo Logan branco, de placas QMU-0070, conduzido por Luis Felipe Silva Botelho, de 27 anos.

O acusado, que estaria sob efeito de bebida alcoólica, foi preso em flagrante delito. As vítimas foram identificadas como Dwyleen Júnior da Luz, de 20 anos; Carlos Ryan, de 16 anos, que sofreram fraturas e escoriações; Seltón Melo Linhares Júnior, de 25 anos; Camila Firmina Oliveira Mendonça, de 24 anos; Pedro Lucas da Silva e Silva, de 18 anos, e Alexandre Costa, de 32 anos.

As vítimas foram levadas para o Hospital Municipal Soconão I, no Centro. Há informações de que o condutor do Logan branco não teve a paciência para aguardar o bloco carnavalesco passar e avançou sobre os foliões. Em seguida, ele sofreu uma tentativa de linchamento por populares, mas foi salvo pelos militares do Batalhão de Turismo da Polícia Militar.

Na noite de domingo, 3, o condutor de uma camionete Hilux, de placas da cidade paraibana Carapateira, atropelou vários foliões em um bloco carnavalesco, na cidade de Santa Inês. Quatro pessoas ficaram feridas e uma delas, conhecida como Eliassandra, morreu no local.

As outras vítimas foram levadas para o Hospital Maco regional de

Santa Inês. O condutor do veículo fugiu do local. No carro foram encontrados latinhas de cervejas e uma garrafa de uísque. O caso está sendo investigado pela equipe da Delegacia Regional de Santa Inês.

Balanco

As instituições ligadas à Secretaria de Segurança Pública (SSP) apresentaram ontem o balanço das ocorrências durante o período momeco, 1º de março até a última quarta-feira, na Grande Ilha. Segundo os dados, houve uma redução de 37,5% nos casos de homicídios dolosos em São Luís e de 50% de assaltos a coletivos. 376 autuações foram feitas pelo Batalhão de Polícia Rodoviária. 188 conduções às delegacias da Ilha e 43 autos de prisões em flagrante e o registro de 43 Termo Circunstancial de Ocorrência (TCO) nos plantões de Polícia Civil.

Divulgação

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08 / 03 / 2019	Página	1
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Icrim apura causa do desabamento de parte do telhado do Ginásio Castelinho

Estrutura caiu no início da tarde de quarta-feira (6), durante uma forte chuva que caiu na capital maranhense

LUCIENE VIEIRA

O Instituto de Criminalística e Medicina Legal do Maranhão (Icrim-MA) iniciou, nesta quinta-feira (7), as investigações para apurar as causas do desabamento de parte do telhado do Ginásio Georgina Pflueger, popularmente conhecido como Ginásio Castelinho, localizado no bairro do Outeiro da Cruz, por volta das 13h de quarta-feira (6), durante forte chuva que caiu em São Luís. O secretário Rogério Cafeteira, titular da Secretaria de Esporte e Lazer do governo do Estado, informou que somente com a perícia concluída é que as obras de recuperação serão iniciadas. O Castelinho faz parte do Complexo Esportivo Canhoto, que inclui também o Estádio Castelhão, e recebe jogos da Liga de Basquete Feminino, além de outros eventos esportivos e culturais. De acordo com Miguel Alves da Silva Neto, que é titular da Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC), a investigação deve durar 30 dias. Miguel Alves esteve na manhã de ontem no Ginásio Castelinho, acompanhado por uma equipe de engenheiros do Icrim, quando realizaram o levantamento inicial da causa do desabamento. "Estamos estudando a extensão dos danos, os prejuízos, e em um



Parte do telhado do Castelinho não resistiu à força da forte chuva e de ventania, ocorridas no início da tarde de quarta-feira (6), e foi ao chão

mês vamos determinar a causa desse acidente", informou o superintendente da SPTC. Ainda conforme Miguel Alves, no decorrer do relatório que será feito pelo Instituto de Criminalística e Medicina

Legal, também serão analisados os alvarás, licenças e outros documentos a respeito de reformas no espaço. Um caminhão ficou preso na estrutura que desabou, e dentro do ginásio tudo veio a baixo. Dois

funcionários estavam no local na hora do desabamento, mas ninguém se feriu. A equipe da Defesa Civil Estadual isolou a área onde aconteceu o desabamento e iniciou os primeiros trabalhos

de avaliação estrutural ainda na tarde de quarta-feira, quando foi providenciado o corte do fornecimento de energia elétrica, para que as equipes trabalhem com segurança.

De acordo com o chefe de Análise Técnica do Diretoria de Atividades Técnicas da Defesa Civil Estadual, o tenente-coronel Wellington Soares, a estrutura completa do teto era sustentada por 18 colunas de concreto de mais de 10 metros de altura cada. O tenente-coronel Wellington Soares informou ainda que há um caminhão da Defesa Civil no local, que fará a retirada de equipamentos importantes do Castelinho. A Polícia Militar fazia a guarda patrimonial do ginásio, evitando que pessoas adentrem ao espaço.

Sobre as hipóteses do desabamento, o tenente-coronel disse que as fortes chuvas e ventanias podem ser os principais fatores que culminaram no acidente. O presidente do Sindicato dos Engenheiros do Maranhão, o engenheiro civil Murilo Reis, informou que a entidade pretende oferecer um plano de prevenção, que evite problemas de manutenção no ginásio. "Há a possibilidade de que a estrutura tenha sofrido oxidação, e que o dispositivo de drenagem estivesse

obstruído. O sindicato tem a intenção de participar da perícia, e de oferecer ao Estado um plano de manutenção nesse e em outras obras estaduais", informou Murilo Reis.

O Sampaio Basquete, equipe maranhense que disputa a Liga de Basquete Feminino (LBF), treinou no Castelinho na terça-feira (5), um dia antes do desabamento. O time prepara-se para a estreia na competição e usa a quadra para treinamentos. O primeiro jogo da equipe, no mesmo ginásio, estava marcado para o dia 16 de março. Depois do desabamento do teto do Castelinho, a direção da equipe maranhense informou que os compromissos na competição nacional serão realizados no Ginásio Costa Rodrigues, no Centro.

O secretário Rogério Cafeteira disse que fará a retirada da cobertura do Castelinho somente após a perícia do Icrim concluída, pois a retirada antes, segundo Cafeteira, pode prejudicar o trabalho dos peritos. Já o secretário de Infraestrutura do Maranhão, Clayton Noleto, afirmou que a nova estrutura será mais reforçada. "Vamos verificar um método construtivo que ofereça mais segurança para suportar ventos fortes e as chuvas", frisou.



Homens do Corpo de Bombeiros e do Icrim realizaram vistoria ontem na estrutura desabada, a fim de verificar as possíveis causas

Material começa a ser retirado para recuperação da cobertura

Equipes de trabalho começaram a retirar, nesta quinta-feira (7), materiais do Ginásio Castelinho, onde parte da cobertura desabou nesta semana após fortes chuvas. A retirada do material é a etapa que antecede a reconstrução do teto.

Entre os itens retirados, estavam documentos guardados no local e o material de treino do Sampaio Basquete. O trabalho está sendo acompanhado pelo Corpo de Bombeiros, a fim de preservar a segurança no local. Pela manhã, foi feita uma vistoria no local, junto a empresa especializada em estruturas metálicas. Participaram equipes da Secretaria de Esportes e Lazer (Sedel), Secretaria de Infraestrutura (Sinira) e Corpo de Bombeiros (CBMAA). No início da tarde, foi feita uma reunião para definir os

passos seguintes. E, no fim da tarde, começou a retirada do material. "Por determinação do governador Flávio Dino, nós vivemos aqui logo após a ocorrência e tomamos todas as medidas necessárias, inclusive de segurança. Hoje já estamos novamente aqui para iniciar os procedimentos de desmonte do que resta da cobertura que cedeu, além de alinharmos a programação para início da obra de recuperação do Ginásio", explicou o titular da Sedel, Rogério Cafeteira. Além das equipes da Sinira, Sedel e Corpo de Bombeiros, o Instituto de Criminalística do Maranhão (Icrim-MA) e a Defesa Civil do Estado também estão atuando para identificar as causas do desabamento e dar o suporte necessário à recuperação do espaço.

OBRA

A Secretaria de Infraestrutura mobilizou uma empresa especializada em estruturas metálicas similares ao do teto do ginásio Costa Rodrigues para fazer a retirada dos escombros, além de limpeza da área. "Nós estamos mobilizados e vamos iniciar imediatamente a limpeza da área para que o equipamento seja recuperado", afirmou o secretário Clayton Noleto. "Estamos com um planejamento bem definido, bem sincronizado com atuação de secretarias e órgãos de governo para que o mais rapidamente possível o Castelinho seja novamente colocado à disposição da população", acrescentou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	08 03 / 2019	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página 2	

Desce

O ex-prefeito de Cururupu, Jose Francisco Pestana, foi condenado por desvio de recursos de convênio com a Petrobrás. Além do ex-gestor, também foram condenados: a ex-presidente Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Cururupu, Jocelia Maria da Silva Pinto; a pessoa jurídica "Centro de Formação para a Cidadania – Akoni" e sua ex-presidente, Lucia Regina de Azevedo Pacheco.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estatos</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>08/03/2019</i>	Página <i>6</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Bom Jardim

MPMA oferece Denúncia contra ex-prefeita por fraude em licitação

O Ministério Público do Maranhão ofereceu Denúncia, no último dia 19 de fevereiro, contra a ex-prefeita de Bom Jardim Malrinete dos Santos Matos, conhecida como Malrinete Gralhada, por fraudes em procedimentos licitatórios. Pelo mesmo motivo, também foram denunciadas a empresa H. Mendes Sousa e o seu proprietário Hadad Mendes Sousa; Dallyanna Soares Trindade, presidente da Comissão Permanente de Licitação de Bom Jardim; Irlene Ribeiro Lima e Gilvan Cunha de Sousa, também membros da CPL.

Os procedimentos licitatórios em questão ocorreram em dezembro de 2015 e janeiro de 2016. Inicialmente, a empresa H. Mendes Sousa foi contratada, por meio de Carta Convite, para a prestação de serviços de contabilidade, num montante de R\$ 60 mil, pelo prazo de 30 dias. Ao final desse período, foi feito um novo contrato, por Tomada de Preços, no valor de R\$ 540 mil. Conforme a Promotoria de Justiça de Bom Jardim, os denunciados agiram em conluio para favorecerem a empresa



DIVULGAÇÃO

A ex-prefeita Malrinete Gralhada foi denunciada por fraudes em procedimentos licitatórios

pertencente a um aliado político da ex-prefeita e que fora contratada poucos dias após ser fundada, quando nem tinha inscrição no Conselho Regional de Contabilidade (Corecon). No momento da apresentação dos documentos de qualificação no processo licitatório, a inscrição nem foi apresentada, o que, embora seja uma exigência da Lei de Licitações, não foi requisitado pelo edital questionado.

Os prejuízos causados aos cofres públicos somam aproximadamente R\$ 800 mil.

Para o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira, as condutas dos denunciados podem ser enquadradas como crimes previstos no Decreto Lei 201/67 (crime de responsabilidade), na Lei 8.666/93 (fraude em licitação) e no Código Penal (associação criminosa, falsidade ideológica e extravio ou sonegação de documento público).

CIRCUNSTÂNCIAS

A investigação do Ministério Público apontou duas circunstâncias que comprovam

a fraude nos procedimentos licitatórios. A Prefeitura de Bom Jardim realizou dois pagamentos no valor de R\$ 60 mil antes da realização dos processos licitatórios, e a empresa recebeu um total de R\$ 800 mil do município apesar de a soma dos contratos estabelecidos resultarem no montante de R\$ 600 mil.

“Resta evidenciado que a ânsia de desviar recursos públicos era tão evidente, que nem mesmo esperaram que se forjassem os procedimentos licitatórios para se iniciar as transferências bancárias entre os réus”, analisou o promotor de justiça.

Outra grave irregularidade identificada pelo MPMA nas supostas licitações trata de uma “solicitação de orçamento” emitida pela CPL de Bom Jardim para a empresa H. Mendes Sousa no dia 5 de novembro de 2015. “Ocorre que, nessa data, a empresa sequer tinha sido criada, já que a mesma só foi constituída formalmente em 18 de novembro de 2015. Isto demonstra cabalmente que este documento é ideologicamente falso”, argumenta o membro do Ministério Público.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estados</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>08/03/2019</i>	Página <i>6</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Improbidade

Ex-presidente da Câmara é condenado em Alto Parnaíba

O Poder Judiciário da Comarca de Alto Parnaíba condenou Marco Antônio Leite Almeida, ex-presidente da Câmara de Vereadores, por atos de improbidade administrativa. Conforme sentença proferida pelo juiz Carlos Jean Saldanha, o ex-gestor causou dano à coletividade e lesão ao erário. Entre as penalidades impostas, deverá Marco Antônio foi condenado a ressarcir o dano integralmente; à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de oito anos. De acordo com a ação, movida pelo Ministério Público, o réu cometeu diversas irregularidades, entre as quais dispensa indevida de licitação.

Destaca o MP que a dispensa referiu-se aos valores gastos com reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal. Ficou constatado, ainda, impropriedade em processo licitatório para

contratação de serviços técnicos especializados de contabilidade. Frente a essas irregularidades, o Ministério Público entendeu que o réu incorreu em ato de improbidade administrativa. Prossegue o MP relatando que o ex-gestor, enquanto ordenador de despesas da Câmara de Vereadores de Alto Parnaíba, deixou de recolher o Imposto de Renda Retido na Fonte no valor de R\$ 1.472,33 (hum mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos) sobre o subsídio dos vereadores durante o exercício de 2009. Destaca, também, que o requerido deixou de recolher o valor de R\$ 10.878,22 (dez mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos) referente a contribuição previdenciária a título de contribuição patronal do mês de dezembro, retida sobre os subsídios pagos aos servidores e vereadores. A ação explica que o Tribunal de

Contas do Estado apurou que o réu concedeu diárias para servidores e vereadores no exercício de 2009, sem comprovar o interesse dos serviços da Câmara Municipal de Alto Parnaíba, no total de R\$ 15.746,00 (quinze mil, setecentos e quarenta e seis reais). Inclusive, em alguns processos, o requerido concedeu diárias sem comprovar o destino e o motivo da viagem, o que contabiliza na importância de R\$ 1.368,00 (hum mil, trezentos e sessenta e oito reais). Por fim, aduz o MP afirmou que o requerido efetuou o pagamento de despesas no valor de R\$ 13.605,00 (treze mil, seiscentos e cinco reais), sem suporte do comprovante legal, uma vez que os meios legais e idôneos para comprovação da prestação e quitação dos bens adquiridos ou dos serviços prestados é a competente nota fiscal/fatura. "Inicialmente, destaco que a contestação foi interposta

intempestivamente, portanto, com base em artigo do Código de Processo Penal, decreto a revelia do réu e, em razão dos efeitos materiais da revelia, ficam presumidos como verdadeiros os fatos apontados na inicial, sendo caso de julgamento antecipado do mérito", decidiu. "Vale ressaltar que a improbidade administrativa é um dos maiores males envolvendo a máquina administrativa de nosso país e um dos aspectos negativos da má administração que mais justificam a implementação de um maior controle social. A expressão designa, tecnicamente, a chamada corrupção administrativa, que, sob diversas formas, promove o desvirtuamento da administração pública de seus preceitos basilares de moralidade, legalidade e impessoalidade, ferindo de morte os princípios da Carta Republicana", destacou a sentença.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>08 / 03 / 2019</i>	Página <i>6</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Passagem Franca Município e Câmara são condenados a atualizar Portais da Transparência

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça condenou, em 21 de fevereiro, o Município e a Câmara de Vereadores de Passagem Franca, a atualizarem

os Portais da Transparência dos respectivos poderes Executivo e Legislativo de Passagem Franca. Em caso de descumprimento, ficou estipulado o pagamento de

multa diária de R\$ 2 mil, a ser revertida ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos. Ajuizou a Ação Civil Pública que resultou na condenação o promotor de justiça Carlos Allan da Costa Siqueira.

Ao tomar conhecimento de irregularidades nos Portais da Transparência do Município e da Câmara, o MPMA expediu Recomendação, em 2016, para a adequação dos sites às normas da

Lei Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação. Apesar da Prefeitura e da Câmara terem informado a existência do site, a Promotoria de Justiça de Passagem Franca solicitou a análise da página pelo Tribunal de Contas Estado, que, por meio de relatório, apontou que as irregularidades persistiam, com informações sobre orçamento e finanças incompletas ou desatualizadas.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 08 / 03 / 2019	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Senarc cumpre mandado de prisão contra envolvido no tráfico de 30kg de maconha

DIVULGAÇÃO/SENARC



Matheus Víctor e a droga apreendida em poder dele, durante ação da Senarc na Forquilha

Durante uma operação realizada na manhã dessa quinta-feira (7), a Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) capturou Matheus Víctor Amorim dos Santos, em cumprimento a mandado de prisão preventiva, no bairro da Forquilha,

em São Luís. Ele estava sendo procurado desde o dia 19 de dezembro de 2018, quando foram apreendidos 30kg de maconha prensada. De acordo com informações da Senarc, naquela data, Matheus conseguiu fugir, mas a equipe

preendeu Cleonilson Gomes Oliveira, o "Formiga", e Luciana dos Santos Carmo, a "Carol", com os 30kg de maconha. O casal foi capturado na Forquilha após levantamentos feitos pela Superintendência de Repressão ao Narcotráfico. **(NELSON MELO)**

GSA e GOE apreendem combustível furtado de caminhão-tanque

Uma operação conjunta envolvendo o Grupo de Serviço Avançado (GSA) e o Grupo de Operações Especiais (GOE) do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Caxias resultou na apreensão de mais de 1 mil litros de combustíveis que haviam sido furtados de um caminhão-tanque. A operação ocorreu na quarta-feira (6) no município de Matões, sendo que um suspeito foi preso em flagrante.

Segundo relatado pelo comandante do 2º BPM, tenente-coronel Márcio Silva, o furto do combustível aconteceu no km 17 da BR-316, no município de Codó, na terça-feira (5). De lá, o caminhão foi levado até Matões, onde o líquido inflamável já estava sendo colocado em galões, que seriam vendidos de forma clandestina. O oficial frisou que os policiais prenderam Plínio Vieira Moraes, de 37 anos. No total, as equipes recolheram 805 litros de álcool e 280 litros de óleo diesel. A operação se concentrou na BR-226, na zona rural de Matões, conforme o tenente-coronel. **(NM)**

Período do Carnaval tem registro de apenas três assassinatos na Grande Ilha

Conforme divulgado pelo Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) e Instituto Médico Legal (IML), foram registrados apenas três casos de homicídios na região metropolitana de São Luís durante o período do

Carnaval. Os crimes aconteceram nos bairros Vila Jota Lima (São José de Ribamar), Vila Vicente Fialho (São Luís) e Cruzeiro (Ribamar). Na Vila Jota Lima, foi morto Stefano Ribeiro Leite, de 24 anos, por volta das 11h50 de sábado

(2). No mesmo dia, mas por volta das 20h20, mataram Nailson Marques Santana, 18, na Vicente Fialho. No bairro Cruzeiro, houve o assassinato de Ronaldo Paixão Lisboa, 42, perto das 18h de domingo (3). **(NM)**

Dupla é capturada por tráfico de drogas na cidade de Imperatriz

DIVULGAÇÃO

A noite de quarta-feira (6) foi marcada pela prisão de dois envolvidos com o tráfico de drogas no município de Imperatriz, no sudoeste do Maranhão. O caso aconteceu por volta das 19h50, sendo que uma guarnição da Força Tática (FT) do 14º Batalhão de Polícia Militar (BPM) apreendeu,

nessa ocorrência, quatro sacolas contendo substâncias similares à maconha.

O tenente-coronel Brito Júnior, comandante do 14º BPM, disse que a abordagem ocorreu na Vila Esmeralda. Os dois suspeitos foram apresentados no Plantão Central da Delegacia Regional de Segurança de Imperatriz. **(NM)**



Dupla suspeita por tráfico de drogas foi presa em Imperatriz

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08/10/2019	Página	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Lei contra o assédio sexual no transporte

Segundo o deputado, estudos demonstram que 68% das mulheres já sofreram assédio no transporte público. "Infelizmente, esse é um problema muito grande", enfatizou



O DEPUTADO ADRIANO SARNEY PARTICIPOU DO QUADRO "SALA DE ENTREVISTA", APRESENTADO PELO JORNALISTA JURACI FILHO

O líder da Oposição na Assembleia, deputado Adriano (PV), concedeu entrevista ao telejornal "Portal da Assembleia", da TV Assembleia. Dentre outros assuntos, ele falou sobre a Lei 10.653/2018, de sua autoria, que versa sobre o combate ao assédio às mulheres no transporte público do Maranhão, a forma como pretende fazer oposição ao Governo do Estado e sobre sua pré-candidatura à Prefeitura de São Luís.

Segundo o deputado, estudos demonstram que 68% das mulheres já sofreram assédio no transporte público. "Infelizmente, esse é um problema muito grande em todo o Brasil e, especialmente, no Maranhão. Por isso, criamos esse programa, que agora é lei. O objetivo é, em primeiro lugar, orientar as pessoas sobre essa situação",

destacou.

Adriano informou que a lei regula uma série de medidas, dentre as quais, a parceria com as empresas de transporte público, sugerindo que criem Ouvidoria, para ouvir as denúncias das mulheres sobre os casos de assédio sexual, e a utilização de aparelhos de GPS, que podem ajudar a polícia a ter a localização exata onde o crime aconteceu. "É muito importante que ocorra essa integração entre a empresa e a polícia, para que o crime possa ser elucidado e os culpados, punidos", frisou.

"Outra medida regulada pela Lei é a capacitação dos funcionários dessas empresas, os cobradores e motoristas, para que saibam como atuar diante dos casos de assédio. Também regulamos a propaganda contra o assédio às mulheres dentro das empresas e dos

próprios ônibus", acrescentou o deputado.

A Lei cria um programa de orientação

O deputado esclareceu que a Lei aprovada regula um programa de conscientização contra o assédio sexual às mulheres no transporte público, uma vez que somente a União pode legislar sobre Direito Penal, ou seja, dizer o que é crime e penalizar os culpados. "Desde 2014, existe um projeto de lei, na Câmara Federal, que estabelece esse tipo de assédio no transporte público como crime. Mas está parado lá. Esperamos que, a exemplo de São Paulo e do Maranhão, onde já aprovaram leis como essa, os demais estados também o façam e a Câmara Federal tipifique como crime o assédio sexual no transporte público", acrescentou.